



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Recentemente, as autoridades procederam a um inquérito e a consultas, respectivamente, sobre o “Reaproveitamento do Hotel Estoril” e o “Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o Exercício da Actividade dos Profissionais de Saúde”, entretanto, os seus resultados suscitaram uma ampla discussão no seio da sociedade: no primeiro caso, suspeita-se da existência de um carácter orientador dos resultados do inquérito, não sendo assim possível representar a real opinião do público; enquanto no outro caso, provavelmente, os seus resultados não valem nada, pois 99 por cento das mais de 71 000 opiniões recolhidas nas consultas públicas foram sujeitas a travessuras, situações essas que demonstram as insuficiências do vigente regime de consultas públicas, bem como falta de credibilidade.

Olhando para as outras regiões, nomeadamente para as eficientes práticas actualmente adoptadas aquando da tomada de decisão e do planeamento sobre as políticas públicas, é dada uma elevada importância às opiniões do público, que se encontram integradas no processo de definição e execução das políticas, por forma a assegurar a qualidade das políticas públicas. Conjugando com a realidade de Macau, é de afirmar, sob um ponto de vista objectivo, que nos últimos anos o Governo da RAEM tem prestado muita atenção às solicitações dos diversos grupos da sociedade, assim como canalizou bastantes recursos para a recolha de opiniões da sociedade sobre os



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

relevantes projectos da governação. Mais, também criou diversos organismos consultivos em cada área e lançou em 2011 as Normas para a Consulta de Políticas Públicas. Porém, segundo as práticas em concreto, parece que não foram ainda produzidos os devidos efeitos. Quanto às consultas públicas, independentemente de serem realizadas pelos organismos consultivos ou pelos serviços da Administração, critica-se sempre que estas carecem de uma suficiente abrangência e que não conseguem servir, no processo de tomada de decisão do Governo, como parte essencial, de modo a assumirem funções de cooperação estreita, assim, é difícil alargar a base de informações para a governação, o que acaba por aumentar a dificuldade do Governo no seu trabalho. A eficácia do regime de consultas públicas prende-se com o nível de reconhecimento e a racionalidade da governação, pelo que as autoridades necessitam de avançar com a respectiva revisão e aperfeiçoamento.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo os académicos, quanto às actividades consultivas sobre políticas públicas, um balanço e uma avaliação são indispensáveis depois da sua realização, para se estar inteirado da eficácia daquelas actividades, cuja realização é promovida pelo Governo, e do facto de a opinião pública ser ou não verdadeiramente representada pelos resultados obtidos. Mais, este tipo de avaliação tem que passar a ser um regime, com vista à apresentação aos serviços da Administração, bem como aos seus trabalhadores, das



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

exigências concretas sobre o trabalho de avaliação. Trata-se de uma forma importante de verificar a eficácia das actividades consultivas, assim como um meio relevante que vai permitir ao Governo elevar, de forma constante, o nível do trabalho consultivo sobre as políticas. Tendo em conta os problemas e as insuficiências surgidos nas consultas públicas, foi retirada alguma experiência pelas autoridades, e foi criado um mecanismo científico de avaliação e de consultas sobre políticas públicas?

2. Houve opiniões que sugeriram a criação de um organismo responsável pela uniformização, ao nível global, da coordenação e do acompanhamento da realização de consultas no âmbito da administração pública, sob cooperação estreita do Gabinete do Chefe do Executivo e dos Gabinetes dos Secretários, a fim de coordenar eficazmente a realização das consultas sobre políticas públicas, bem como a sua ordem e calendarização, de modo a uma repartição razoável para o aproveitamento dos recursos. Mais, o Gabinete de Estudo das Políticas, cuja criação se deve à realização de uma tomada de decisão democrática, científica e eficiente do Governo, é a opção ideal para ser responsável pelo mecanismo de coordenação de consultas sobre as políticas públicas. Qual é a opinião das autoridades face a estas sugestões?
3. Enquanto importante forma a que recorre o Governo na recolha de opiniões do público, os organismos consultivos são, porém, criticados amplamente



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

por falta de reconhecimento e por não passarem de um “vaso ornamental”. Segundo as afirmações recentes das autoridades, estas vão proceder à avaliação de vários aspectos relativos a organismos consultivos, designadamente, natureza, características, posicionamento, complexidade funcional, entre outros. Vão ainda proceder à regulamentação do mandato e da acumulação de funções dos membros dos organismos consultivos das políticas, com vista a que estes organismos assumam, mais eficazmente, o seu papel de ponte, em função de comunicação e interacção. Que resultado tiveram os trabalhos de avaliação e de regulamentação e qual é a forma para aumentar, efectivamente, o reconhecimento dos organismos consultivos, assim como os seus efeitos reais?

15 de Fevereiro de 2016

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Meng Kam